

Por Leonardo Ribeiro

A Comissão Especial da Câmara dos Deputados destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 6621, de 2016, que "dispõe sobre a gestão, a organização, o processo decisório e o controle social das agências reguladoras", aprovou em 11 de julho texto final que será enviado para aprovação no Senado, caso não surja nenhum recurso em até cinco sessões de plenário. Inspirado na Lei das Estatais (13.303/2016), o PL pretendia blindar os reguladores de pressões políticas, conferindo-lhes maior autonomia, inclusive orçamentária.

Em contradição, no entanto, ele ganhou no final dos debates um dispositivo que permite a volta de indicações políticas às diretorias e conselhos de administração de empresas públicas.

**[Leia aqui a matéria na íntegra.](#)**

**Fonte:** [Valor Econômico](#), em 24.07.2018.